

SAKSAL

ARQUEOLOGIA | PATRIMÓNIO | HISTÓRIA LOCAL

ISSN 2182-7265

online

#22 (tomo 4) Jul. 2019

FORNOS DE CAL ARTESANAIS DE PATAIAS

(Alcobaça)

Notas sobre a
bioarqueologia da Ermida do
Espírito Santo (Almada)

Os botões patrióticos /
/ monárquicos D JOAO VI
PRINCEPE REGENTE

Artes do couro no
medievo peninsular:
parte 2



CAA

Centro de Arqueologia de Almada

Al-Madan e Al-Madan Online

dois suportes... duas publicações diferentes...

o mesmo cuidado editorial



ISSN 0871-066X

revista impressa

em venda directa

[desde 1982]

Última edição: N.º 21, 2017

Em preparação: N.º 22, 2019

toda a informação em...

<http://www.almadan.publ.pt>

revista digital completa em...

<http://issuu.com/almadan>



ISSN 2182-7265

revista digital

em formato pdf

[desde 2005]

Últimas edições:

N.º 22, tomo 3, Janeiro, 2019

N.º 22, tomo 4, Julho, 2019

Em preparação:

N.º 23, tomo 1, Janeiro, 2020

edições



CAA

Centro de Arqueologia de Almada



Capa | Jorge Raposo

“Casa dos forneiros” no complexo de fornos de cal artesanais da freguesia de Pataias, em Alcobaça. Serviria para armazenar ferramentas e dar apoio e local de descanso aos trabalhadores.

Foto © Fernando Ricardo Silva.

Al-Madan
online

II Série, n.º 22, tomo 4, Julho 2019

Proprietário e Editor |

Centro de Arqueologia de Almada,
Apartado 603 EC Pragal,
2801-601 Almada Portugal

NIPC | 501 073 566

Sede | Travessa Luís Teotónio
Pereira, Cova da Piedade,
2805-187 Almada

Telefone | 212 766 975

E-mail | c.arqueo.alm@gmail.com

Internet | www.almadan.publ.pt

ISSN | 2182-7265

Estatuto editorial |

www.almadan.publ.pt

Distribuição | <http://lissuu.com/almadan>

Parceria | ArqueoHoje - Conservação e Restauro do Património Monumental, Ld.ª / Câmara Municipal de Oeiras / Associação dos Arqueólogos Portugueses

Apoio | Neoépica, Ld.ª

Director | Jorge Raposo
(director.almadan@gmail.com)

Publicidade | Centro de Arqueologia de Almada (c.arqueo.alm@gmail.com)

Conselho Científico |

Amílcar Guerra, António Nabais,
Luís Raposo, Carlos Marques da Silva
e Carlos Tavares da Silva

Redacção | Centro de Arqueologia de Almada (sede): Vanessa Dias, Ana Luísa Duarte, Elisabete Gonçalves e Francisco Silva

Resumos | Jorge Raposo (português), Luisa Pinho (inglês) e Maria Isabel dos Santos (francês)

Modelo gráfico, tratamento de imagem e paginação electrónica | Jorge Raposo

Revisão | Fernanda Lourenço, José Carlos Henrique e Sónia Tchissolle

Colaboram neste número |

Suely Amâncio-Martinelli, Telmo António, Gertrudes Branco, Francisco Curate, Pedro Dâmaso, Ana L. Duarte, Cidália Duarte, José d'Encarnação, Lídia Fernandes, Sebastião L. de Lima Filho, Graça Filipe, Rui Ribolhos Filipe, Sílvia Gómez Jiménez, Fernando Robles Henriques, M. Reyes López Jurado, Virgílio Lopes, Sonia Madrid Medrano, Marta Manso, Maria de Fátima Palma, Franklin Pereira, Natália

Quitério, Raquel Caçote Raposo, João Rebuge, Morgana Cavalcante Ribeiro, Leonor Rocha, Clara Rodrigues, Sérgio Rosa, Pedro Silva Sena, Miguel Serra, Fernando Ricardo Silva, Amada V. Tirado González e Isabel Tissot.

Os conteúdos editoriais da *Al-Madan Online* não seguem o Acordo Ortográfico de 1990. No entanto, a revista respeita a vontade dos autores, incluindo nas suas páginas tanto artigos que partilham a opção do editor como aqueles que aplicam o dito Acordo.

A importância das recensões bibliográficas enquanto elementos de auto-avaliação para os autores recenseados, mas também de reflexão e debate científico com os seus pares, é tema de que se ocupa a crónica que abre o presente tomo da *Al-Madan Online*, num espaço onde é ainda evocado o ambiente social e cultural que se viveria em Santarém nas vésperas da reconquista cristã, através da obra de autores nascidos na Shantarín islâmica por meados do século XI.

Da crescente extensão dos projectos de investigação arqueológica planificada a contextos modernos e contemporâneos, é exemplo artigo dedicado ao levantamento dos fornos de cal na freguesia de Pataias (Alcobaça), onde, da segunda metade do século XIX ao final do século XX, funcionou o maior e mais importante complexo artesanal deste tipo conhecido em Portugal.

A Arqueologia portuguesa está igualmente representada pelos resultados de acompanhamento no centro histórico de Vinhais, que identificou parte do adarve e da barbacá do respectivo castelo, datada do século XVI. E, do outro lado do Atlântico, o sítio do Boqueirão da Lajinha permitiu abordar a relação entre a arte rupestre e as comunidades locais da Área Arqueológica de Sobradinho (Bahia, Brasil), na perspectiva da Arqueologia Sensorial.

Interagindo com outras áreas disciplinares, a necrópole da Ermida do Espírito Santo, em Almada, forneceu elementos de análise bioarqueológica para um conjunto de 88 indivíduos aqui inumados, e clarificou vários aspectos da vida e da morte nesta cidade, sobretudo nos séculos XVII e XVIII.

Sobre representações simbólicas associadas à superstição e ao culto religioso, trata também o estudo de parte do espólio recolhido pelo arqueólogo Hipólito Cabaço no castelo de Alenquer, ao longo das décadas de 1920 e 1930. Um segundo estudo centra-se nos botões usados ao tempo de D. João VI, designadamente em exemplares produzidos entre 1807-1808 e 1816, quando o futuro monarca português ostentava o título de Príncipe Regente do Reino do Brasil, durante o exílio da corte forçado pelas invasões francesas.

A pertinência da Educação Patrimonial é bem ilustrada por projecto que levou às freguesias do Município de Beja um conjunto de actividades para divulgar o património regional da Idade do Bronze, desafiando as comunidades e os agentes locais a interpretar o território e as suas transformações nos últimos 3000 a 3500 anos.

O estudo das artes do couro na produção medieval ibérica conhece nova publicação, desta feita dedicada aos baús de couro fino com incisões de inspiração gótica, e as ferramentas tradicionais usadas na extracção do sal na zona da Figueira da Foz são também analisadas, em termos morfológicos, funcionais e lexicais.

Por fim, há noticiário arqueológico diverso, destaque de iniciativas editoriais recentes, comentários a eventos científicos e/ou patrimoniais e uma agenda dos que já se anunciam para os próximos meses. Tudo razões para bons momentos de leitura!

Jorge Raposo

EDITORIAL ...3 ▶

CRÓNICAS

Uma Voz a Bradar no Deserto | José d'Encarnação...6 ▶

As Vésperas de Shantarín | Pedro Silva Sena...9 ▶

ARQUEOLOGIA



Os Fornos de Cal Artesanais de Pataias (Alcobaça): resultados de um levantamento arqueológico | Fernando Ricardo Silva...14 ▶

A Barbacá do Castelo de Vinhais | Pedro Dâmaso...36 ▶

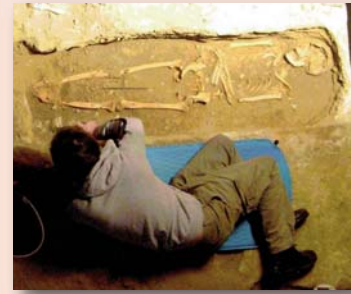


ARQUEOLOGIA BRASILEIRA



Arqueologia Sensorial, Arte Rupestre e Comunidades | Sebastião Lacerda de Lima Filho, Morgana Cavalcante Ribeiro e Suely Amâncio-Martinelli...45 ▶

ARQUEOCIÊNCIAS



Entre a Vida e a Morte: notas sobre a bioarqueologia da Ermida do Espírito Santo (Almada) | Francisco Curate, Telmo António, Sérgio Rosa e Fernando Robles Henriques...58 ▶

ESTUDOS



Culto e Superstição: representações do religioso e do simbólico no espólio arqueológico exumado no Castelo de Alenquer | Raquel Caçote Raposo...67 ▶



Desabotoar o Passado: os botões patrióticos / monárquicos D JOAO VI PRINCEPE REGENTE e outros | Rui Ribolhos Filipe...72 ▶

EDUCAÇÃO PATRIMONIAL



12 Lugares, 12 Meses, 12 Histórias:
a Idade do Bronze na região de Beja |
Miguel Serra...77 ▶

NOTICIÁRIO ARQUEOLÓGICO

Atividades de Educação Patrimonial:
Campo Arqueológico de Mértola |
Maria de Fátima Palma e Clara
Rodrigues...122 ▶

Cultura Material e Cultura
Científica: património industrial para
o futuro – Projecto IH4Future |
Isabel Tissot, Marta Manso e
Graça Filipe...123 ▶

LIVROS & REVISTAS

O Enigma da Torre de Centum Celas |
José d'Encarnação...124 ▶

Arqueologia de Salvaguarda. Lei, território
e desordem | João Rebuge...126 ▶

Novidades editoriais...125, 127
e 128-129 ▶

EVENTOS

Colóquio Irisalva Moita: vida e obra |
Lídia Fernandes...130 ▶

A Salvaguarda Arqueológica em Portugal |
Leonor Rocha, Cidália Duarte e
Gertrudes Branco...134 ▶

La Universidad Complutense de Madrid
Acoge un Encuentro Europeo Sobre Epigrafía
Edilicia | Silvia Gómez Jiménez y Sonia
Madrid Medrano...136 ▶

PATRIMÓNIO



Artes do Couro no Medievo
Peninsular. Parte 2: os baús góticos |
Franklin Pereira...87 ▶



O Estudo do Património Salícola:
ferramentas tradicionais de produção
de sal do complexo do Núcleo
Museológico do Sal (Figueira da Foz) |
Natália Quitério...106 ▶



Crónica del Seminario Internacional Eternidades
Compartidas: el mundo funerario a occidente de las
Columnas de Melqart | M. Reyes López Jurado y
Amada V. Tirado González...138 ▶

Encontro Internacional O Território e a Gestão
dos Recursos Entre a Antiguidade Tardia e o
Período Islâmico | Maria de Fátima Palma
e Virgílio Lopes...141 ▶

Eventos Científicos Recentes na Internet |
Ana Luísa Duarte...143 ▶

Agenda de eventos...144 ▶

RESUMO

Apresentação dos resultados de intervenção arqueológica realizada, em 2017, no âmbito da empreitada de reforço de um muro em perigo de derrocada no centro histórico de Vinhais.

Os trabalhos permitiram identificar o adarve e o arranque da parte ameaçada da barbacã do castelo, datada do século XVI.

PALAVRAS CHAVE: Idade Moderna; Arquitectura militar; Arqueologia urbana; Arqueologia preventiva.

ABSTRACT

Presentation of the results of an archaeological intervention carried out in 2017 during construction work to reinforce a crumbling wall in the historic centre of Vinhais.

Works led to the identification of the parapet and the supporting wall of the battlement of the castle barbican, dating from the 16th century.

KEY WORDS: Modern age; Military architecture; Urban archaeology; Preventive archaeology.

RÉSUMÉ

Présentation des résultats d'une intervention archéologique réalisée en 2017 dans le cadre des travaux de renforcement d'un mur menacé d'effondrement dans le centre historique de Vinhais.

Les travaux ont permis d'identifier le chemin de ronde et le départ de la partie crénelée de la barbacane du château datée du XVIème siècle.

MOTS CLÉS: Période moderne; Architecture militaire; Archéologie urbaine; Archéologie préventive.

A Barbacã do Castelo de Vinhais

Pedro Dâmaso¹

1. APRESENTAÇÃO

Este artigo visa apresentar os resultados dos trabalhos de acompanhamento arqueológico realizados no âmbito da empreitada de *Reforço de Muro em Perigo de Derrocada* no Centro Histórico de Vinhais.

A intervenção arqueológica teve como diretores científicos o arqueólogo José Sendas e o signatário do presente artigo, executante e responsável pelo trabalho de campo, e foi realizada pela empresa Arqueologia e Património, Lda, sob a coordenação da arqueóloga Liliana Barbosa, entre 24 de julho e 1 de agosto de 2017.

Para este trabalho contribuíram ainda as assistentes de arqueólogo Anabela Rodrigues e Teresa Gonçalves, no tratamento e fotografia do espólio, e Rui Oliveira e Rodry Mendonça, com o desenho gráfico.

2. LOCALIZAÇÃO

A área de intervenção localiza-se administrativamente no concelho de Vinhais, distrito de Bragança.

Os muros situam-se na parte sul do Castelo de Vinhais, na segunda linha de muralhas. O espaço encontra-se integrado no aglomerado residencial e o acesso é feito através de uma pequena viela sem nome que tem início junto à habitação com o número 53 de porta, na rua de Baixo.

A área está representada na *Carta Militar de Portugal* 1:25000 n.º 023.

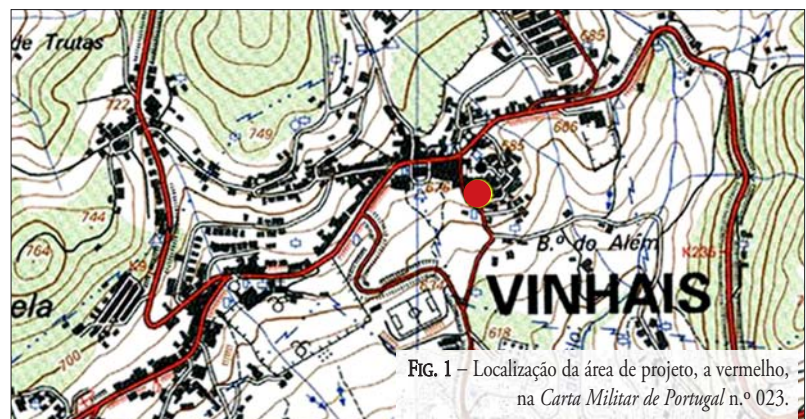


FIG. 1 – Localização da área de projeto, a vermelho, na *Carta Militar de Portugal* n.º 023.

¹ Arqueólogo (damaso.pedro@gmail.com).

Por opção do autor, o texto segue as regras do Acordo Ortográfico de 1990.

3. CONTEXTO E OBJETIVOS

Este trabalho teve como objetivo a reabilitação de uma parte da muralha do Castelo de Vinhais, imóvel que, nesta zona, se encontra degradado, possuindo, à data, um troço do muro escorado. Os trabalhos centraram-se na eliminação do fator de risco eminente de derrocada do muro, procedendo posteriormente à reconstrução dos dois troços que se apresentavam debilitados e à instalação de um sistema de drenagem.

O elemento em questão encontra-se inserido na área de proteção do castelo definida pelo Decreto n.º 39 521 DG, 1.ª série, n.º 21 de 30 de janeiro de 1954. Esta estrutura defensiva possui classificação de Monumento Nacional pelo Decreto n.º 36 383 DG, 1.ª série, n.º 147 de 28 de junho 1947. Trata-se de um conjunto arquitetónico militar românico e quinhentista, de planta irregular, com construções em xisto e dupla muralha, barbacã, possuindo ainda várias torres de planta quadrangular e cubelos.

De acordo com as informações apresentadas pela Direção Regional de Cultura do Norte (DRCN) na *Memória Descritiva* do projeto, o muro alvo de intervenção é constituído por elementos em xisto, sobrepostos em diversas fiadas de altura semelhante. O interior do muro seria constituído por escassilhos e pedra miúda irregular, aglomerados com argamassa de cal, apresentando uma altura aproximada de cinco metros e uma largura de cerca de 70 centímetros.

Neste contexto, e dada a importância do local, foi estabelecida pela referida instituição a necessidade de realização de acompanhamento arqueológico dos trabalhos realizados.

Estes decorreram como previsto no *Plano de Trabalhos Arqueológicos* elaborado para esta intervenção, e tiveram como objetivos a salvaguarda de eventuais elementos de interesse arqueológico e o registo e implantação de outros dados, designadamente estratigráficos, profundidades de aterros, estruturas pré-existentes e outros elementos considerados relevantes, complementares das informações já existentes sobre o local.

Por sua vez, os trabalhos de reabilitação da muralha foram realizados pela empresa REVIVIS - Reabilitação, Restauro e Construção Lda.

4. A INTERVENÇÃO ARQUEOLÓGICA

4.1. METODOLOGIA

O acompanhamento arqueológico dos trabalhos, efetuado por um arqueólogo em permanência no local durante a fase de obra, consistiu na observação e registo de todas as ações inerentes ao projeto que implicassem a remoção manual dos solos até ser atingido o substrato geológico, sendo realizado o registo fotográfico dos trabalhos e dos

cortes estratigráficos com maior importância para a caracterização da estratigrafia do local.

A metodologia da intervenção arqueológica seguiu o sistema de escavação e registo de Harris. Este método de trabalho define-se pela identificação de Unidades Estratigráficas (UE) – unidades de deposição, naturais ou antrópicas, individualizadas de acordo com as suas características físicas (coloração, compactação, composição, espessura, extensão), inclusões materiais (areia, argila, saibro, rocha, cerâmica, vidros, carvões, metais) e, sobretudo, pela sua relação estratigráfica com as outras unidades (coberta por, cortada por, cheia por, serve de apoio a, igual a, sincroniza-se com, cobre, corta, enche, apoia-se em). Cada unidade estratigráfica identificada foi alvo de registo através do preenchimento de uma ficha de caracterização e registo fotográfico em suporte digital, com placa identificadora e escala. Todas as informações relativas à caracterização das UE foram introduzidas numa base de dados realizada no programa *File Maker*. Os registos fotográficos efetuados foram organizados de acordo com as frentes de obra e com os números de UE atribuídos em campo.

Com o intuito de facilitar a localização das diversas áreas intervencionadas, atribuímos a designação de área 1 e área 2 às duas frentes de obra, sendo que a área 1 diz respeito ao lado interior dos muros alvo de intervenção, e a área 2 ao terreno extramuros (Fig. 2).

Paralelamente, foram preenchidas fichas de registo do trabalho diário, onde se introduziram as informações mais importantes a reter no decorrer do trabalho de campo, como o tipo de trabalho que foi alvo de acompanhamento arqueológico, o setor da obra onde o referido trabalho se desenvolveu e a descrição sumária das observações realizadas (como, por exemplo, as profundidades dos desaterros, a estratigrafia ou a descrição das ocorrências patrimoniais identificadas).

Relativamente à identificação de elementos de interesse patrimonial, a sua caracterização e interpretação foi elaborada em fichas próprias (ficha de registo de OBS – Observação), onde também se representaram as relações estratigráficas de antiguidade, contemporaneidade e posterioridade em esquema próprio, designado por matriz de Harris. Para completar este registo, recorreu-se ao levantamento fotogramétrico dos elementos de interesse arqueológico e patrimonial identificados.

Por sua vez, a localização destes elementos foi efetuada na planta da empreitada e os dados recolhidos foram inseridos em *software* próprio para o efeito, com vista à produção de cartografia.

O espólio recolhido foi depositado em sacos com etiquetas, contendo o número de UE e uma classificação sumária. Em seguida, foi devidamente acondicionado em contentores para se proceder ao transporte até gabinete / laboratório onde foi alvo de limpeza, dividido por diferentes grupos tecnológicos, organizado por unidade estratigráfica e contabilizado, sendo novamente ensacado.

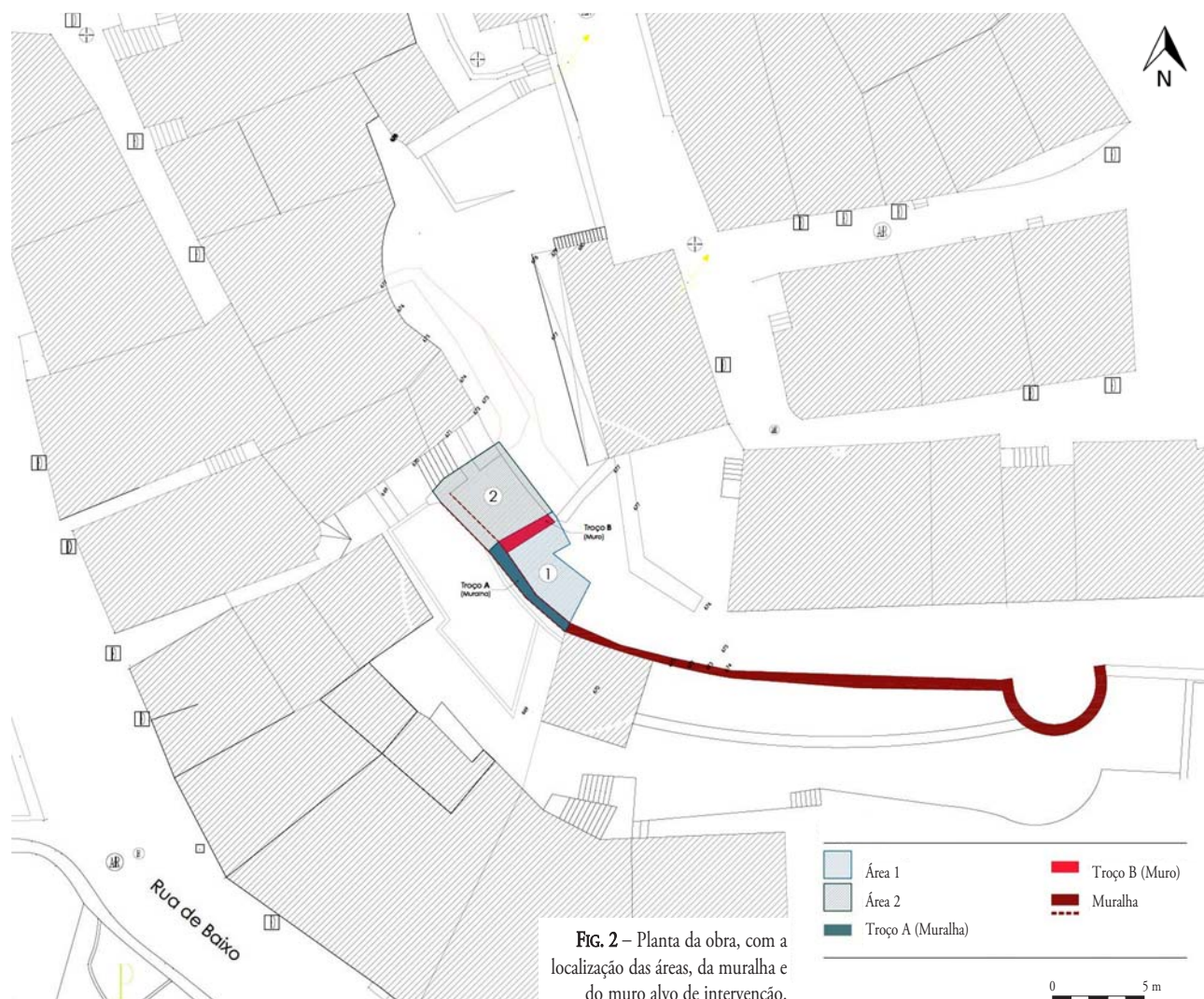


FIG. 2 – Planta da obra, com a localização das áreas, da muralha e do muro alvo de intervenção.

4.2. ENQUADRAMENTO HISTÓRICO

O Castelo de Vinhais corresponde a uma estrutura defensiva com importância crescente na Época Medieval, em virtude do seu significativo papel na organização da fronteira transmontana. A sua criação e consolidação estão relacionadas com a iniciativa régia de expansão da sua autoridade, centralizando o território transmontano em “vilas novas” com o propósito de agregar as comunidades que se encontravam dispersas ao longo da região, dotando-as assim de mais-valias para a fixação e organização de bens e pessoas.

Paulo Gomes, em *O Povoamento Medieval em Trás-os-Montes e no Alto Douro*, explica que o processo fundacional de Vinhais se inicia durante o reinado de D. Sancho II, prolongando-se pelo reinado de D. Afonso III, tendo sido consolidado apenas com D. Dinis, e aponta a criação da localidade para data posterior a 1258. Apesar de D. Afonso III, em 1253, conceder carta de foral a Vinhais, cinco anos depois, as inquirições realizadas por este monarca demonstraram que a vila ainda não existia (GOMES, 1993: 181).

Assim se constata que a construção da vila dotada de castelo e igreja terá sido bastante demorada. Paulo Gomes refere ainda que a igreja paroquial de Nossa Senhora da Assunção não se encontrava referenciada no Catálogo das Igrejas de 1320-1321, referindo-se o documento apenas à igreja de S. Facundo, de traça românica, que se encontra nas imediações do “cabeço fronteiro de Crespos” onde foi erguida a vila de Vinhais (GOMES, 1993: 181).

Em *Castelos da Raia*, no volume dedicado às fortificações de Trás-os-Montes, Rita Costa Gomes admite que a vila ter-se-á rodeado de muralhas ainda no século XIII (GOMES, 2003: 159). Em seguida, indica que, na época trecentista, o castelo terá sido dotado de “cinco torres, e de uma porta principal flanqueada também por suas torres, que se abria face ao pequeno morro da primitiva igreja paroquial de S. Facundo” (GOMES, 2003: 159).

A descrição elaborada pela autora leva-nos ao encontro das características da arquitetura das vilas urbanas do tempo de D. Dinis, monarca

apontado pelo Professor Mário Barroca, em *D. Dinis e a Arquitectura Militar Portuguesa*, como o principal responsável por introduzir em Portugal uma série de transformações que alteraram profundamente o perfil das construções militares, à semelhança do ocorrido na Europa ao longo do século XIII. Estas mudanças ditaram modificações radicais nas táticas militares de ataque e de defesa de um castelo (BARROCA, 1998).

O autor explica que, durante o reinado de D. Dinis, assiste-se à passagem de um conceito que define como “defesa passiva”, típica dos castelos românicos, para uma forma de “defesa ativa”, característica das fortificações góticas (BARROCA, 1998: 801). Estas inovações, introduzidas por aquilo que Mário Barroca apelida como reformas dionísinas, passam pela introdução de mecanismos de tiro vertical como os *machicoulis* ou balcões de matacães¹, pela defesa das portas dos castelos por um ou dois torreões, pelo aumento do número destes elementos adossados às muralhas, e pelo alargamento dos adarves e dos merlões, capacitando estes últimos com seteiras (BARROCA, 1998). É-nos ainda explicado que com D. Dinis surgem as primeiras torres de menagem de planta poligonal, em detrimento das torres de menagem românicas, cuja planta era tradicionalmente quadrangular (BARROCA, 1998: 814). A torre de menagem passa a ter um papel mais ativo na defesa do castelo; este elemento, que até então ocupava uma posição central em relação ao castelo, funcionando como o último reduto da fortificação, passa agora para junto das muralhas, sendo construído na área da fortificação que se considerava mais difícil de defender (BARROCA, 1998: 814-816). Em Vinhais, as reformas dionísinas são facilmente reconhecíveis pela alocação da torre de menagem no plano da muralha, e pela presença de dois torreões em cada uma das duas entradas do castelo.

Após o importante papel desempenhado por Vinhais no final do século XIV e no início do século XV, durante a conturbada conjuntura do reinado de D. Fernando e da revolução que se lhe seguiu, surge a notícia da necessidade de realização de trabalhos no castelo durante o reinado de D. Afonso V, altura em que o comando da fortaleza tinha sido atribuído à linhagem dos condes de Atouguia (JANA, 1994 e COSTA, 2001).

No trabalho da autoria de Duarte de Armas, datado do início do século XVI, o castelo de Vinhais é caracterizado com imenso detalhe e, de entre as várias informações que o seu trabalho nos fornece, é-nos evidenciado o mau estado de conservação, à altura, do edificado (JANA, 1994 e COSTA, 2001). Rita Costa Gomes denota que a face interna da torre de menagem, voltada para a vila, estava destruída, tendo sido substituída nesta função por uma outra torre que se encontrava nas proximidades (GOMES, 2003: 159). Ernesto Jana e Marisa Costa

¹ “Galeria saliente nos castelos e sobre as antigas portas das povoações, com aberturas, pelas quais se arremessavam projecteis para impedir a aproximação do inimigo” (SILVA e CALADO, 2005: 233).

referem que o castelo possuía mais seis torres de planta retangular para além da torre de menagem, cuja forma era semelhante à das torres, e que, no entanto, duas delas mostravam desgaste das fundações (JANA, 1994 e COSTA, 2001). Porém, é também com o trabalho realizado pelo escudeiro de D. Manuel que percebemos que o castelo, a esta data, seria alvo de importantes obras. Rita Costa Gomes, citando uma passagem do trabalho de Duarte de Armas, indica que em Vinhais se encontravam a ser reabilitados muros e se preparava pedra e cal para a realização de novas empreitadas (GOMES, 2003: 159). Ernesto Jana e Marisa Costa constatarem que, na planta do castelo de Vinhais produzida por Duarte de Armas, são visíveis os alicerces para a fundação de cubelos semicirculares em torno da vila e de lanços de barbacá, com portas em arco, nas proximidades de poços ou fontes para o abastecimento de água (JANA, 1994 e COSTA, 2001). Neste mesmo documento, são ainda representadas troneiras, aberturas circulares e cruzetadas concebidas para receber peças de artilharia leves como trons ou bombardos, que poderão ter sido introduzidas durante esta reforma, de modo a adaptar o recinto aos novos instrumentos pirobalísticos.

No entanto, mais uma vez recorrendo à cronologia apresentada pela Direção Geral do Património Cultural (DGPC), elaborada por Ernesto Jana e Marisa Costa, percebemos que o sistema defensivo de Vinhais entra em declínio pouco tempo depois de realizadas as reformas enunciadas. É referido que, em 1527, as muralhas se encontravam parcialmente derrubadas e que, apesar de nos dois séculos seguintes terem existido tentativas para reverter o estado de degradação do edifício militar, nenhuma delas teve sucesso (JANA, 1994 e COSTA, 2001). O castelo é ainda protagonista em dois momentos da História de Portugal: a vila, em 1666, é sitiada pelo general galego Baltazar Pantojas, no contexto da Guerra da Restauração e, três séculos depois, desempenha um papel de relevo durante o período da “Monarquia do Norte”, entre 1912 e 1919 (JANA, 1994 e COSTA, 2001).

Com o passar dos anos, o desinteresse pelo imóvel materializa-se com o aproveitamento das muralhas para a construção de casas de habitação, fazendo com que a estrutura fique embebida no aglomerado, acelerando a sua degradação e a consequente destruição de vários dos elementos que compunham o sistema defensivo. No início da década de 60 do século XX, já depois de o elemento ter sido classificado como Monumento Nacional, a 28 de junho de 1947, a autarquia tenta destruir o que resta da fortaleza. Contudo, devido à resistência da população face à ação da câmara, tal intento é evitado (JANA, 1994 e COSTA, 2001). Na sequência desta situação, a Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN) é alertada para o estado das estruturas e procede, um ano depois, à realização de trabalhos de restauro e consolidação daquilo que ainda restava do castelo (JANA, 1994 e COSTA, 2001).

Atualmente, subsistem apenas alguns troços dispersos da dupla muralha, com merlões, escassos vestígios de cubelos e de torres, além das duas portas.

4.3. O ACOMPANHAMENTO ARQUEOLÓGICO

A obra teve início com a realização de trabalhos preliminares, serviços que constituem o conjunto de operações executadas na área destinada à implantação do projeto de reabilitação, objetivando a remoção e o corte de toda a vegetação e a limpeza do solo de objetos e de outros materiais indesejáveis, resguardando a sua preservação ambiental. Posteriormente, procedeu-se à recolha e arrumação, para reaproveitamento, de parte da pedra resultante da derrocada do muro, doravante designado como troço B (Fig. 2).

O segundo momento da empreitada está relacionado com as operações de movimentação de terras e escavação manual do lado interior dos muros, espaço que designámos como área 1, para depois serem realizados os trabalhos de desmonte e consolidação da estrutura.

As primeiras unidades estratigráficas observadas são depósitos muito heterogéneos e compactos de terra vegetal, com pedras de pequena e média dimensão, restos de vegetação e muitas raízes (UE 100, 101, 104 e 108). Estes depósitos, com cerca de 1,40m de profundidade total, correspondem a empréstimos de inertes ali depositados ao longo do tempo para nivelar o terreno, permitindo assim o uso daquele espaço por parte dos proprietários das habitações que se encontram nas imediações, para atividades relacionadas com a agricultura e/ou jardinagem.

FIGS. 5 E 6 – Em baixo, UE 108, último depósito que cobria o adarve da muralha (à esquerda) e corte Norte da área 1 (à direita).

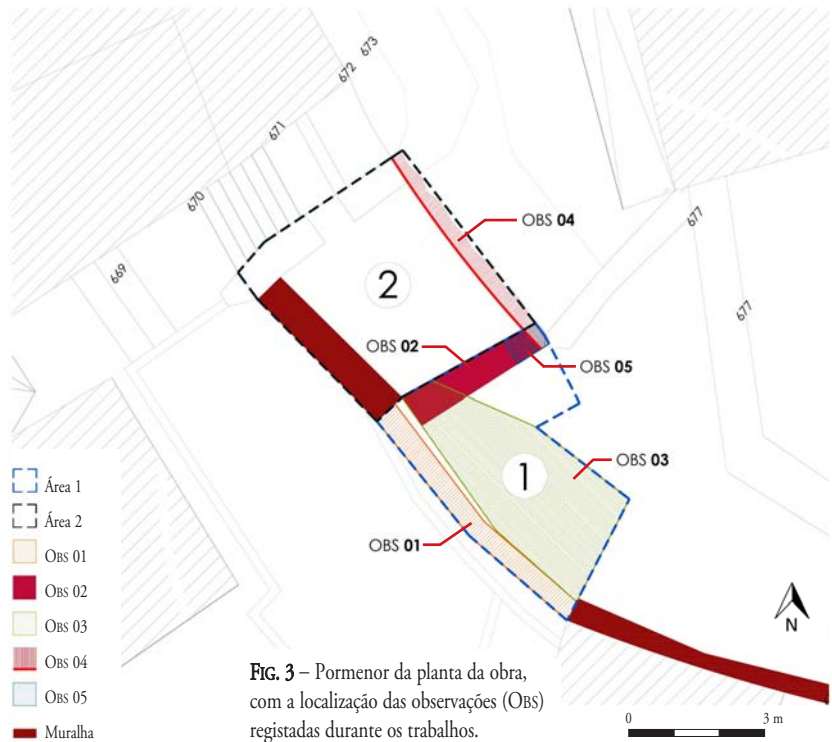
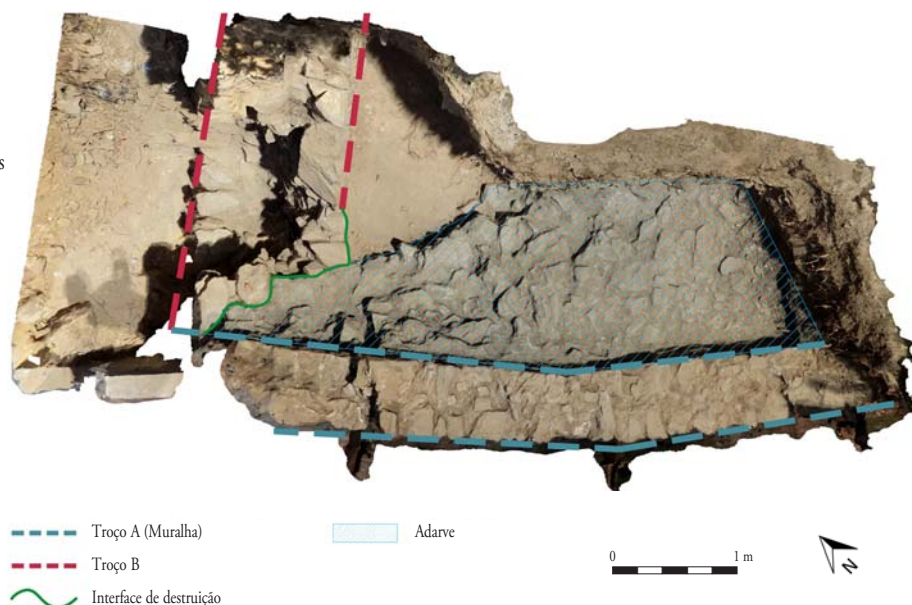


FIG. 3 – Pormenor da planta da obra, com a localização das observações (OBS) registadas durante os trabalhos.

FIG. 4 – Vista dos trabalhos de escavação manual realizados na área 1.



FIG. 7 – Ortofotografia onde são visíveis as duas áreas de intervenção: o adarve (OBS.03) e o troço B do muro que se encontrava danificado.



Associados a esta ação de nivelamento, foram efetuadas duas observações relacionadas com a caracterização de duas estruturas vernaculares, as OBS.01 (UE 106 e 107) e 05 (UE 111-112 e 205-206). Estes elementos correspondem a dois muros de pequena dimensão que se encontravam no topo da muralha, doravante designado como troço A, e no topo do troço B. Foram construídos com recurso a pequenas pedras toscas e angulosas de granito e xistos sem argamassa, e a sua função estava relacionada com a contenção das referidas terras.

O desenvolvimento dos trabalhos de escavação revelou duas situações interessantes, em termos arqueológicos. A primeira está relacionada com a descoberta do adarve (UE 109) da muralha (UE 102), e com a descoberta do arranque da parte ameadada (UE 109) da estrutura (OBS.03). O troço alvo de intervenção faz parte da segunda linha defensiva do Castelo, construída no século XVI. À semelhança da restante estrutura, o adarve detetado, também conhecido como caminho de ronda, é constituído por elementos irregulares de xisto argamassados com cal, areia e/ou saibro, perfazendo um caminho estreito, com cerca de 1,60m de largura, que acompanha o topo da muralha. Este elemento prolonga-se no sentido Este, até a um cubelo existente nas imediações da área de intervenção. No sentido oposto, verificámos que o adarve, no ponto em que os dois troços do muro se unem, se encontrava destruído (UE 110), como pode ser observado através da Fig. 7.

A segunda situação está relacionada com o troço B. Os trabalhos de limpeza do terreno evidenciaram que o muro se encontrava bastante danificado, associado ao deslizamento de terras que ocorreu naquele local. Os trabalhos iniciais de limpeza permitiram constatar que o muro se encontrava rebocado com cal e cimento na face exterior, fruto, segundo informações obtidas junto da população, da edificação na área 2 de um espaço para abrigo de animais, situação que registamos como OBS.02 (UE 105 e 208). Este dado é confirmado pela existência de dois orifícios quadrangulares no muro, onde se encontrava ain-



FIGS. 8 E 9 – Barbacã, adarve e arranque da estrutura ameadada. Em baixo, pormenor do adarve e da parte ameadada, construções em xisto.

FIG. 10 – Vista do alçado Oeste do troço do muro B após os trabalhos de escavação, onde são visíveis os encaixes da estrutura vernacular.



da, num deles, um travamento em madeira que pertenceria à estrutura do referido abrigo. Por sua vez, durante os trabalhos de escavação constatou-se que o muro possuía um aparelho construtivo diferente do utilizado no troço A.

O aparelho construtivo do troço B consistia na sobreposição das pedras de xisto em fiadas ligeiramente similares, mas sem recurso a argamassa. O interior da estrutura aparentava ser composto por pedra miúda e irregular de xisto e enchimento de terra. O que restava da referida estrutura encontrava-se na extremidade Sul, unida com o troço da muralha que, de acordo com as observações do local, se prolongaria pela área 2 (Figs. 2 e 3).

A extremidade Norte encontrava-se, por sua vez, encostada a um muro irregular de xisto sobreposto, que era usado para contenção de terras e se encontrava muito danificado (OBS.04, UE 203-204).

Estes dados permitem concluir que a construção do troço B é posterior à da muralha, e que a sua utilização não estaria relacionada com a atividade defensiva, mas sim com a de reforço do troço A ou com as atividades realizadas nos terrenos envolventes.

Terminada a salvaguarda das referidas situações por meio de registo, deu-se novamente continuidade ao acompanhamento arqueológico dos trabalhos de movimentação de terra até à cota necessária para se avançar com a reparação dos muros. Uma vez que a muralha se encontrava em estado razoável, realizaram-se apenas trabalhos de escavação junto ao troço B.

A sequência estratigráfica observada neste local foi a seguinte: após as unidades de terra vegetal anteriormente descritas, e cuja profundidade coincidiu com a descoberta do adarve, detetou-se um nível de cinzas desagregado e com inclusão de areia, com cerca de 40cm de profundidade, do qual se recolheu uma amostra, que se prolongava a par do adarve e que poderá corresponder a um incêndio ou queimada ocorrido durante o aterro daquela área (UE 113).

Por último, efetuou-se o registo de um depósito de terra castanha escura, heterogêneo e compacto (UE 114), que poderá corresponder a mais um nível de aterro da estrutura defensiva.

Concluídos os trabalhos de escavação, iniciaram-se os trabalhos de desmonte dos dois troços do muro. A operação foi feita de forma gradual, as pedras removidas foram armazenadas para posterior reutilização e efetuou-se a recolha de duas amostras da argamassa utilizada na barbacá.

Antes de se realizarem os trabalhos de reconstrução, os operários do promotor da obra procederam à colocação de uma rede de malha sobre o traçado original da muralha, de forma a sinalizar o troço original e separá-lo do reconstruído.

Na reconstrução foi reproduzido o sistema construtivo de origem. Os muros foram reconstruídos com a mesma textura e grão e cor idênticos aos existentes, sendo o assentamento das pedras feito manualmen-



FIG. 11 – Vista final do topo da barbacá (troço A, área 1).



FIG. 12 – Vista final do alçado do troço B (área 2).

te e com recurso a argamassa pobre de cal hidráulica e areia, tendo sido reaproveitadas as pedras originais.

À medida que a reconstrução foi sendo realizada, procedeu-se à implementação de melhoramentos relativos à estabilidade das estruturas e à sua impermeabilização.

Destas beneficiações constam o alargamento da volumetria do troço B e a instalação de um sistema de drenagem, realizado pelo lado interior dos muros. Este foi instalado ao longo dos dois troços do muro, com o intuito de evitar a acumulação de água junto aos paramentos das estruturas, permitindo o escoamento para o terreno afeto à área 2. Por sua vez, o aterro do interior dos muros foi precedido pela colocação de manta geotêxtil.



FIG. 13 – Vista final da muralha após a intervenção.

4.3.1. O espólio arqueológico

O espólio arqueológico recolhido é proveniente dos trabalhos de limpeza e movimentação manual das terras durante a empreitada, enquadrando-se, na sua maioria, no período moderno/contemporâneo.

Foram recolhidos 130 fragmentos, entre espólio cerâmico e não cerâmico (material osteológico, vidros, metais), apresentando-se a sua contabilização por grupo tecnológico e contexto de proveniência (UE).

Os materiais cerâmicos são os que surgem de forma mais expressiva, individualizando-se neste contexto diversos subgrupos, designadamente, o da cerâmica comum, o das faianças, o dos vidrados de chumbo, das porcelanas e dos materiais de construção.

As faianças são o subgrupo mais representativo, composto por 46 fragmentos, maioritariamente correspondentes a produções industriais datáveis dos séculos XIX-XX.

Assim, regista-se a presença de louças monocromáticas de esmalte branco, fragmentos de faiança dicromática, com motivos em azul, e exemplares de faiança policromática. As peças recolhidas correspondem, na sua maioria, a louça utilitária de uso doméstico. De realçar ainda os fragmentos de faiança pintados de cor amarelada com recurso à técnica de esponjado, e os fragmentos de faiança com motivos florais pintados manualmente.

Assim, regista-se a presença de louças monocromáticas de esmalte branco, fragmentos de faiança dicromática, com motivos em azul, e exemplares de faiança policromática. As peças recolhidas correspondem, na sua maioria, a louça utilitária de uso doméstico. De realçar ainda os fragmentos de faiança pintados de cor amarelada com recurso à técnica de esponjado, e os fragmentos de faiança com motivos florais pintados manualmente.

Embora em menor quantidade, foram recolhidos fragmentos de louças que apresentam o padrão asiatic *pheasant*², *statue*³ e *shell edge*⁴ e um fragmento de porcelana.

Por sua vez, foram exumados 27 fragmentos de cerâmica comum e três de cerâmica preta, representando conjuntos de louça de uso doméstico.

Os quatro fragmentos de vidrados de chumbo exumados possuem pastas claras e vidrado de tom alaranjado, verde e acastanhado. São cronologicamente atribuíveis às produções de época moderna/contemporânea, correspondendo as suas formas, mais uma vez, a louça de uso doméstico.

Dentro do universo cerâmico, foram ainda recolhidos materiais associados à construção, como fragmentos de tijolos e de telhas.

O conjunto de materiais não cerâmicos está representado por seis fragmentos de vidro, dos quais se destaca um botão, um elemento metálico e quatro fragmentos de material osteológico de fauna.

5. CONCLUSÃO


Visto situar-se em zona formalmente condicionada do ponto de vista arqueológico, a execução desta empreitada ficou dependente da realização de um plano de trabalhos arqueológicos que contemplava a realização de acompanhamento arqueológico em fase de obra.

Com a realização destes trabalhos, pretendia-se a salvaguarda de elementos de interesse arqueológico que pudessem ocorrer em fase de obra, bem como o registo e implantação de outros dados, designadamente estratigrafias, profundidades de aterros, estruturas pré-existentes e outros elementos considerados relevantes, complementares das informações já existentes sobre o local.

A observação dos perfis criados pelos trabalhos de remoção da terra permitiu-nos perceber que estávamos perante uma estratigrafia relativamente simples, e que o conjunto de depósitos de terra mostrava sinais evidentes de revolvimento, muito por causa da sua heterogeneidade, correspondendo na sua maioria a níveis de aterro/regularização. Pudemos comprovar esta situação através do espólio exumado durante a intervenção, que corresponde, na sua maioria, a fragmentos cerâmicos enquadráveis no período moderno e contemporâneo, detetados em todas as unidades, à exceção das UE 113 e 114, que não possuíam espólio.

As OBS. 01, 02, 04 e 05 correspondem a estruturas vernaculares relacionadas com a ocupação recente do local e demonstram o desinteresse que se instalou pelo imóvel. Este desinteresse materializou-se com o aproveitamento das muralhas para a construção de casas de habitação ou para a execução de atividades agrícolas, fazendo com que a estrutura fosse absorvida pelo aglomerado, acelerando a sua degradação e conseqüente destruição.

De grande interesse arqueológico regista-se a descoberta do adarve e do arranque da parte ameaçada da barbacã (OBS.03), datada do século XVI, que nos aparece muito bem representada na iconografia quinhentista. A estrutura, constituída por elementos irregulares de xisto argamassados com cal, areia e/ou saibro, encontrava-se em razoável estado de conservação e prolongava-se no sentido Este, até a um cubelo existente nas imediações da área de intervenção. No entanto, no sentido oposto, no ponto em que o troço da muralha se une com muro identificado como troço B, encontrava-se destruído, restando apenas um pouco do pano da muralha que se prolongava pela área 2 até à viela que dava acesso ao local da intervenção.

Face a esta descoberta, acautelou-se a sua salvaguarda pelo registo e procedeu-se à colocação de uma rede de malha sobre o traçado original da muralha, de forma a sinalizar e a separar os dois momentos de trabalho. A empreitada ficou concluída com a reconstrução dos dois troços que se apresentavam debilitados e a instalação de um sistema de drenagem. 

² Padrão decorativo utilizado na faiança inglesa inspirada na cultura asiática.

³ Padrão decorativo utilizado na faiança inglesa com motivos vegetalistas.

⁴ Faiança de abas modeladas por relevo, com o intuito de reproduzir a forma da borda da casca de uma ostra.

CARTOGRAFIA

PORTUGAL. Serviço Cartográfico do Exército (1996) – *Carta Militar de Portugal*. Folha 23, Vinhais. Escala 1: 25.000. Lisboa: Serviços Cartográficos do Exército.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

ARMAS, Duarte de (1997) – *Livro das Fortalezas*. 2.ª ed. Lisboa: Edições Inapa.

BIBLIOGRAFIA UTILIZADA

BARROCA, Mário Jorge (1998) – “D. Dinis e a Arquitectura Militar Portuguesa”. *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*. II série. 15 (1): 801-822.

GOMES, Paulo Dórdio (1993) – “O povoamento medieval em Trás-os-Montes e no Alto-Douro. Primeiras impressões e hipóteses de trabalho”. *Arqueologia Medieval*. Porto: Afrontamento. 2: 171-190.

GOMES, Rita Costa (2003) – *Castelos da Raia*. Lisboa: IPPAR. Vol. 2, “Trás-os-Montes”.

JANA, Ernesto (1994) e COSTA, Marisa (2001) – *Castelo de Vinhais*. Sistema de Informação para o Património Arquitectónico. Em linha. Disponível em <http://bit.ly/2wNGid8> (consultado em 2019-05-23).

SILVA, Jorge Henrique Pais da e CALADO, Margarida (2005) – *Dicionário de Termos de Arte e Arquitectura*. Lisboa: Editorial Presença.

almada online

[<http://www.almadan.publ.pt>]

[<http://issuu.com/almadan>]

uma edição



CAA

Centro de Arqueologia de Almada

[<http://www.caa.org.pt>]

[<http://www.facebook.com>]

[c.arqueo.alm@gmail.com]

[212 766 975 | 967 354 861]

[travessa luis teotónio pereira, cova da piedade, almada]